

# Perfil do Crescimento para 1996

---

*Daniel Nojima\**

---

O desempenho da economia brasileira no final de 1995 ainda reflete as drásticas medidas de contenção adotadas pelo Governo Federal entre março e agosto do ano passado. Em paralelo, o mercado revelou o surgimento de novos padrões de consumo e de produção, determinados pelo ambiente de economia estável e pelo contexto de crescimento restrito.

Dessa forma, as vendas no comércio em dezembro, contidas em decorrência do alto grau de inadimplência dos consumidores e do aumento do desemprego, estiveram longe de assemelhar-se à euforia de consumo no mesmo período do ano anterior. Mesmo assim, apesar de indicativos de queda do faturamento, houve crescimento da quantidade física comercializada. O faturamento do comércio paulista recuou 8,51% e as vendas físicas aumentaram 4,06%

em dezembro, comparativamente ao mesmo mês de 1994, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP).

Paralelamente, a indústria nacional registrou, no intervalo agosto-novembro, leve reversão de tendência – determinada pela sazonalidade de fim de ano –, com crescimento de 4,3%, apesar de os resultados mensais apontarem desempenho inferior ao ano anterior.

No Paraná, não houve indícios de uma recuperação global da economia, senão de aumentos localizados de produção – igualmente explicados pela elevação normal da demanda em virtude das festas

---

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

de final de ano –, entre setembro e novembro, nos segmentos da indústria voltados a bens de consumo, como perfumaria, vestuário e calçados, couros e peles e bebidas. No entanto, a tendência nesse período continuou sendo de declínio, com o resultado da indústria geral ficando em menos 2,38%, influenciado principalmente pelas quedas de produção nos gêneros material elétrico e material de transportes. No acumulado do ano, a indústria fechou com queda de 5,62%, comandada pela forte retração do nível de atividade industrial em setores como química, vestuário e produtos alimentares (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ EM 1995

GÊNEROS	ACUMULADO SET- NOV (%)	ACUMULADO DO ANO (%)
Indústria Geral	-2,38	-5,62
Extrativa Mineral	-9,2	14,09
Indústria de Transformação	-2,37	-5,67
Minerais Não-metálicos	2,01	15,98
Metallurgia	-0,33	-6,17
Mecânica	8,00	11,88
Material Elétrico e de Comunicações	-10,00	-11,78
Material de Transportes	-43,80	-4,28
Madeira	10,58	-5,80
Mobiliário	16,08	19,41
Papel e Papelão	7,75	-1,18
Borracha	-2,03	-4,06
Couros e Peles	47,49	-19,56
Química	-5,37	-12,63
Perfumaria, Sabões e Velas	9,14	8,27
Produtos de Matéria Plástica	4,13	3,12
Têxtil	2,53	5,80
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	189,59	-20,71
Produtos Alimentares	-3,75	-9,94
Bebidas	21,30	31,60
Fumo	-1,06	-25,78

FONTES: IBGE

Já o movimento no comércio varejista, semelhante ao mesmo mês do ano anterior – sugerido pela estabilidade do número de consultas realizadas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) londrinense (136.711 contra 136.868) –, confirma a tímida recuperação da demanda no último trimestre de 1995.

Na perspectiva de perpetuação do moderado nível de atividade, da produção agrícola menor e da manutenção dos atuais condicionantes macroeconômicos – essencialmente juros altos e câmbio semifixo –, as previsões indicam, para este ano, um crescimento da economia brasileira não superior a 4%; em linha,

portanto, com a estabilidade inflacionária e a busca do equilíbrio no balanço de pagamentos. As expectativas do mercado e do próprio Governo Federal dão conta de um início de recuperação da atividade econômica entre o segundo e o terceiro trimestres – já invalidadas em alguma medida pela projeção do IPEA de expansão de 1,4% da economia do último trimestre do ano passado para o primeiro deste ano. Diante desse quadro, é importante considerar os condicionantes que ditarão o compasso da economia nos próximos meses.

Em primeiro lugar, é praticamente nulo o risco de a demanda sobrepujar a oferta e perturbar os preços. Os indicadores mostram que, ao lado da desaceleração da produção no ano passado, houve uma elevação na capacidade de oferta das indústrias, comprovada pelo crescimento de 76,21% na importação de bens de capital e de 23,3% na produção nacional de máquinas e equipamentos destinados à indústria, registrados no acumulado janeiro-outubro do ano passado em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso explica o fato de vários setores industriais perceberem nesse início de 1996 um crescimento no seu volume de encomendas em relação a idêntico período do ano passado, que não se traduziu em pressão sobre a utilização de suas capacidades instaladas. A expectativa da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas (Abimaq) de um crescimento de 3% a 4% na venda de bens de capital e a disposição do empresariado em manter investimentos em expansão e melhoria do parque fabril<sup>1</sup> reforçam o prosseguimento de ampliação da produção, ainda que moderada, calcada em sólida expansão da base produtiva.

E, em segundo, o novo comportamento entre comércio e indústria, no tocante à formação de estoques, vem minimizando a ocorrência de picos de produção, induzindo, assim, um ritmo menos intenso à atividade econômica. Motivadas pela contundência dos altos juros reais no custo financeiro – evidenciados pela estabilidade de preços –, as empresas vêm sendo obrigadas a reduzir e adequar seus estoques à demanda de curtíssimo prazo.

### **Juros altos e demanda moderada tornam pouco provável uma retomada do nível de atividade por conta de um ciclo forte de reposição de estoques.**

Nesta direção, o ritmo de contratações de pedidos à indústria, observado já no início de janeiro nos setores de alimentação, higiene e limpeza, embalagens e eletrodomésticos, sugerem que as vendas físicas do final de ano superaram as expectativas e

demandam uma formação imediata de novos estoques. Ao mesmo tempo, a antecipação de encomendas (normalmente concentradas no final do primeiro trimestre) confirma a tendência de redução do ciclo de estoques. Assim, no fim do ano passado o comér-

cio teria se preparado unicamente para as vendas de natal e ano novo e estaria iniciando uma nova rodada de pedidos para as vendas que se realizariam no início de 1996.

Dessa maneira, é pouco provável uma retomada do nível de atividade por conta de um ciclo intenso de reposição técnica de estoques, a não ser que estes se reduzam abaixo de um nível médio suficiente para atender ao consumo. Além disso, a tendência do aumento do desemprego, em virtude da continuidade do processo de reestruturação produtiva da economia em face da concorrência estrangeira, e o crescimento econômico moderado enfraquecem as possibilidades de um reaquecimento repentino da demanda.

Não obstante, fatores como a gradual renovação da capacidade de compra da população – indicada pela diminuição do grau de inadimplência do consumidor –, a expansão do crédito ainda no primeiro semestre, viabilizada fundamentalmente pela eliminação dos compulsórios, e a redução dos juros reais podem permitir, ao lado da progressiva ampliação da capacidade produtiva das empresas, o delineamento de uma trajetória lenta, porém consistente, de ascensão da atividade econômica.

A par disso, citam-se os benefícios gerados pela estabilidade inflacionária como o ganho real do salário (em novembro passado o rendimento médio real medido pelo IBGE era superior a 13,9% em comparação ao mesmo mês do ano anterior) e o melhor planejamento da população em relação à sua capacidade de consumo. Nesse sentido, o crescimento de 3,27% no faturamento e o aumento de 11,87% em quantidade física – concentrado em artigos de vestuário e calçados (26,32% e 21,52%, respectivamente) – do comércio paulista em 1995 evidenciam, entre outros aspectos, a redução nas margens de lucro, a opção do consumidor por bens mais baratos e a incorporação da classe de baixa renda ao mercado. Tais condicionantes devem garantir o prosseguimento da boa *performance* das indústrias de bens de consumo, como perfumaria, bebidas, produtos alimentares e eletrodomésticos, embora o consumo destes últimos deva arrefecer, já que parcela da população se abasteceu desses produtos nos últimos dois anos.

Evidentemente, a economia paranaense terá o seu desempenho atrelado à *performance* futura da economia brasileira. A demanda permanecerá, por um lado, igualmente cerceada pelas perspectivas de continuidade das altas taxas de desemprego e de

maiores cortes de emprego na indústria, como indicam a manutenção de elevada taxa de desemprego verificada em janeiro na Grande Curitiba (11,9%) e a queda do emprego de 0,63% na indústria estadual de outubro para novembro. Por outro, poderá ser parcialmente estimulada pela redução do grau de inadimplência do consumidor no médio prazo. Sugerem essa tendência no estado a elevação de 11% no número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e o declínio de 10% nos índices de inadimplência registrados pela Associação Comercial do Paraná nos primeiros dezoito dias de janeiro em relação ao mesmo período do ano passado.

Cumprir lembrar que alguns segmentos industriais, a exemplo do ano que passou, deverão continuar apresentando deficiências competitivas diante dos produtos estrangeiros. A pressão dos importados foi uma constante sobre a indústria de vestuário, tecidos e couros e peles, forçando as empresas desses segmentos a diminuir drasticamente sua produção e número de funcionários ou, até mesmo, a fechar suas portas. Tendo em vista o moderado crescimento da economia, as chances de uma recuperação significativa desses segmentos tornam-se escassas, já que dificilmente no curto prazo estes venham a se sobrepor à concorrência internacional.

Em meio a esses cenários, a comercialização da safra de verão, quantitativamente menor do que a do ano anterior, mas compensada por uma recuperação de preços, pode sustentar uma reativação parcial da atividade econômica no estado já para este primeiro semestre. Certamente, ocorrerá uma melhoria da renda agrícola, que foi impulsionada pela elevação dos preços no mercado interno e das *commodities* agrícolas no mercado internacional em virtude, respectivamente, da redução da safra nacional e dos estoques mundiais de grãos. Esses fatores serão mais positivos para as culturas de soja e milho, favorecidas pelas quebras de produção no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, a antecipação de vendas da safra nacional de soja por meio de Cédula de Produto Rural (CPR) e o início da securitização da dívida agrícola permitirão melhores condições financeiras para a colheita e comercialização da safra de verão. Desta maneira, pode-se esperar, a partir da recuperação do setor rural, impactos positivos sobre as demais atividades, especialmente no interior, através da reativação de vendas na indústria de máquinas e tratores agrícolas e de sementes e fertilizantes.

### **NOTA DE REFERÊNCIA**

<sup>1</sup>SERRA, Neuza. Indústria paulista disposta a investir. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 6 fev. 1996, p. A7.